

<https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH-IsabelaGuimaraes.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

IBGE. **História & fotos**. Disponível

em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/historico>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

LEITÃO, Deusdeidit. **Ruas de Cajazeiras**. João Pessoa: Ideal, 2005.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Mulheres proprietárias na Capitania do Norte, séculos XVII-XVIII: balanço historiográfico e apontamentos. **Saeculum**, João Pessoa, v. 1, n. 38, p.1-15, jul. 2017. Semestral. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/31470/19634>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

MULHERES E PROPRIEDADE PRIVADA: filhas, esposas e viúvas em Santana de Paraíba no século XVII. São Paulo: Revista da SBPH, 1889-1890. Anual.

PRIORE, Mary del. A casa e a rua. In: PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: Ação feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia**. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 39-44. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/94_priore_mary_del_termo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Raptos consentidos: Afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

O MOVIMENTO OPERÁRIO NA BAHIA E EM PERNAMBUCO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: CORRENTES POLÍTICAS E APROXIMAÇÕES COM A POLÍTICA HEGEMÔNICA

Norma Rangel Rolim de Oliveira

UFPB

89norma@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações acerca das relações entre o Estado, as oligarquias regionais e o movimento operário em dois estados do atual

Nordeste, Bahia e Pernambuco, no período que compreende a Primeira República. Nesse sentido, analisamos as diferentes correntes políticas do movimento operário neste recorte espacial, bem como identificamos as avaliações que estas faziam sobre as tentativas de aproximação dos elementos da política hegemônica/oligárquica com a classe trabalhadora. Para isto, utilizamos uma bibliografia especializada na temática em questão (p. ex. GUIMARÃES, 2012; CASTELLUCCI, 2010; BARTZ, 2015; REZENDE, 2005), assim como jornais operários produzidos por militantes e associações, oriundos do material coletado pelo militante anarquista e fundador do PCB, Astrojildo Pereira, que se encontra no CEDEM-UNESP. O referencial teórico, por sua vez, foi construído respaldado em abordagens da História Social do Trabalho, em especial em E. P. Thompson.

Palavras-Chave: Movimento Operário; Nordeste; Primeira República.

.

Introdução

A história da classe trabalhadora brasileira da Primeira República compõe um campo sólido na historiografia brasileira. Desde o final da década de 1970, e principalmente durante os anos de 1980, historiadores acadêmicos passaram a se interessar pela análise de temas relacionados aos trabalhadores e ao do mundo do trabalho, o que em certa medida refletia o efervescente debate político de fins da ditadura militar e da gradual retomada da democracia.

Esta produção historiográfica foi concebida em meio ao fortalecimento do dito “novo sindicalismo” e à fundação do Partido dos Trabalhadores, e se apropriou das contribuições da História Social Inglesa, que tem como principais referências os historiadores marxistas Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, os quais contribuíram para a ampliação da perspectiva analítica da história da classe operária, sobretudo no que se refere aos conceitos de classe e de consciência de classe. Desde então, os estudos brasileiros do trabalho aumentaram em número e diversidade, considerando-se a expansão dos programas de pós-graduação e dos espaços institucionais e acadêmicos dedicados à história do trabalho e dos trabalhadores (BATALHA, 2006; FORTES e FRENCH, 2013).

Entretanto, ainda que a historiografia social do trabalho tenha ampliado suas fontes de pesquisa e aprofundado suas análises, inicialmente este campo de pesquisa acadêmica se voltou prioritariamente para história operária e do trabalho urbano no Brasil, e se concentrou na região Centro-Sul do país. Isso pode ser explicado devido a diversos fatores, tais como: a maior concentração industrial no eixo Sul-Sudeste, a localização das principais instituições de investigação acadêmica em tal região, dentre outros. De maneira que, até então, dadas as abissais desigualdades regionais, muitas vezes o que se caracterizava por ser um estudo regional, passou a alcançar uma dimensão de caráter nacional, tratada como uma “síntese” do país (PETERSEN, 1995, p. 130).

Dessa forma, se ampliarmos a perspectiva para todo o Brasil, excetuando os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, cuja produção historiográfica tem sido extremamente divulgada, podemos observar que há uma assimetria na quantidade de estudos sobre a história dos trabalhadores no Brasil republicano em todos os estados brasileiros (PETERSEN, 2009, p. 265). Assim, no que concerne ao estudo dos trabalhadores do período republicano do Nordeste brasileiro, assume-se que este tema não tem sido suficientemente abordado, tendo em vista as lacunas existentes, que urge ser superadas a fim de ampliar debates acerca dos mundos do trabalho em toda a sua complexidade.

Neste artigo, apresentaremos breves considerações acerca das correntes políticas e aproximações com a política hegemônica do movimento operário em dois estados do atual Nordeste, Bahia e de Pernambuco, durante o período que compreende a Primeira República. Estas considerações foram elaboradas por meio da análise de jornais que compõem o acervo de Astrojildo Pereira, notadamente os periódicos *O Luctador* e *O Germinal*, bem como, da consulta a uma historiografia especializada na temática em questão, que contribuiu para compreender tanto aspectos do recorte temporal, quanto concepções da imprensa operária e do movimento operário destas localidades, buscando contribuir para a produção de estudos sobre o movimento operário do atual Nordeste, sobretudo no que tange ao estudo do sindicalismo reformista, considerando-se que o

sindicalismo revolucionário tem sido a tendência mais investigada pela historiografia do trabalho no Brasil.

Bahia

Ao discutir acerca da historiografia referente à classe operária baiana, em sua dissertação *“Ideias perniciosas do anarquismo” na Bahia*, Luciano de M. Guimarães (2012) afirma que as experiências do movimento operário baiano durante a Primeira República foram, de modo geral, analisadas em publicações dos anos 1960, como consequência direta do movimento operário que sucedia na região Centro-Sul do país.

A partir do final da década de 1970, o movimento operário da Bahia passou a ser objeto de estudo pelos irmãos Canellas Rubim⁶⁶, por meio da análise das relações entre a classe operária e os meios de comunicação, considerando o contexto internacional, nacional e local, bem como, as dimensões das diversas frentes políticas adotadas pelos operários baianos.

Assim, em que pese haver uma certa carência no volume de produção sobre o movimento operário baiano, ao menos desde os anos de 1990, importantes estudos têm sido desenvolvidos, a exemplo da produção elaborada pelo pesquisador Aldrin Castellucci acerca do associativismo mutualista e sindical dos trabalhadores na Bahia no período da Primeira República.

Castellucci e Guimarães defendem que a relação entre o movimento operário e o Estado se desenvolveu na Bahia contrariando as tendências do sindicalismo revolucionário – movimento caracterizado pela defesa radical da ação direta e ausência ou mesmo repúdio à participação na política eleitoral, e com grande aceitação em São

⁶⁶ RUBIM, A. A. C. “Movimentos sociais e meios de comunicação – Bahia, 1917-1921”. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 61, mai./jul., 1979; RUBIM, A. A. C. & Rubim, J. L. C. “As lutas operárias na Bahia (1917-1921)”. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 80, jul./ago., 1982.

Paulo. Ao analisar as experiências de mobilização e reivindicação dos filiados ao Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, entre 1919 a 1922, Guimarães observa que, em Salvador, os trabalhadores da construção civil adotaram o sindicalismo de ação direta durante um curto período de tempo e, além disso, de modo controverso, o que teria gerado divisões internas.

Nesse sentido, a participação de grupos socialistas na política com o objetivo de alcançar reformas sociais previstas em lei, sem, no entanto, desejar romper com o sistema político estabelecido, foi a corrente do movimento operário hegemônica em Salvador. De modo que em razão da mobilização da classe operária, o governo estadual assumiu uma postura mais livre para a composição de interesses entre os políticos, partidos tradicionais e as organizações representativas dos trabalhadores baianos.

Assim, no contexto baiano, a intervenção na política ocorreu desde o início do período republicano, com a participação do Partido Operário da Bahia nas eleições municipais de 1892. Dessa forma, a classe operária baiana, formada em sua maioria por artesãos negros e pardos, passou a ter participação política também nas eleições seguintes àquele ano.

Essa participação foi registrada em diversos planos, sobretudo no municipal, com o objetivo de eleger seus próprios representantes para os cargos de juízes de paz, conselheiros municipais, administradores e membros das juntas distritais, ao longo de toda a Primeira República. De forma que as candidaturas eram desenvolvidas tanto por meio de organizações de trabalhadores, quanto vinculadas a chapas de novos partidos políticos, ligados às classes oligárquicas, ou até mesmo por chapas avulsas (CASTELLUCCI, 2010).

A organização da classe trabalhadora, por meio de sindicatos de resistência, deu ensejo à primeira greve geral da Bahia, que teve seu marco inicial no dia 2 de junho de 1919, em conferência sindical, realizada na sede do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, cujo principal orador foi o advogado socialista Agripino Nazareth.

Agripino Nazareth ganhou projeção na Insurreição Anarquista de 1918, no Rio de Janeiro, e após refugiar-se em Salvador, tornou-se uma importante liderança do movimento operário local entre 1919 e 1921. Nesse período, Nazareth se anunciava socialista coletivista e defensor da Revolução Russa. Em meados dos anos de 1920, sua posição começou a mudar, quando entrou em atritos com membros do Partido Comunista Brasileiro. Após 1930, ele passou a compor os quadros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da Justiça do Trabalho, demonstrando uma postura anticomunista⁶⁷.

A deflagração da greve, a princípio, foi realizada pelos trabalhadores da construção civil, mas logo a greve foi aderida pelos demais sindicatos, que haviam sido fundados ou reativados em período anterior a 1910, ou a partir daquele ano. Até aquele momento, já havia 16 sindicatos de resistência organizados em torno do movimento operário e até o ano de 1921 seriam fundadas mais 17 entidades representativas da classe operária (CASTELLUCCI, 2004, p. 164-165).

De imediato ao início da greve, por ocasião de uma conferência, o Comitê Central de Greve (CGV) propôs a elaboração de um memorial, a ser endereçado aos empregadores e às autoridades governamentais, expondo os motivos e as reivindicações do movimento operário baiano. Dentre elas destacavam-se: a luta por aumentos de salários e pela regularização da jornada de trabalho de oito horas diárias, a igualdade de vencimentos entre homens e mulheres e a abolição do trabalho de menores.

No dia 9 de junho de 1919, o Centro Industrial do Algodão, maior organização da indústria têxtil da região, divulgou um informativo, comunicando que implantaria as reivindicações exigidas pelos trabalhadores operários das suas fábricas. Nos dias seguintes, novos segmentos da indústria também cederam às manifestações operárias e a

⁶⁷ Para saber mais sobre a trajetória de Agripino Nazareth, ver o texto de Aldrin Castellucci (2012).

rotina retornou à normalidade, exceto pelas organizações operárias, que se tornaram mais sólidas e estruturadas politicamente após este acontecimento.

Na perspectiva de Castellucci, dos estudos produzidos pelos irmãos Canellas Rubim e da historiografia que se dedicou à greve geral de 1919, três fatores foram considerados preponderantes para que o movimento operário se instalasse e fosse vitorioso na Bahia: o crescimento econômico resultante do início da Primeira Guerra Mundial; a crise política provocada pela cisão interoligárquica em virtude das eleições estaduais e federais em 1919; e as alterações havidas na composição classe operária baiana no tocante a sua organização sindical e política.

Assim, em 1920, o periódico *O Germinal*, sob direção de Agripino Nazareth, lista as seguintes associações operárias, que tiveram participação ou foram formados a partir da greve de 1919:

Federação dos Trabalhadores Bahianos; Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes; Sindicato dos Produtores de Marcenaria; Sociedade União Defensora dos Sapateiros; Sociedade União dos Operários de Padaria; Liga Operária dos Alfaiates da Bahia; Sociedade União dos Marmoristas; Sociedade União dos Foguistas Terrestres da Bahia; Sociedade União geral dos Metalúrgicos da Bahia; Sociedade Defensora dos Eletricistas; Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia; União dos Empregados de Luz e Força da Bahia; Sociedade de Resistência Protectora dos Operários de S. Felix e Cachoeira; União de Defesa Proletária de Muritiba; Sociedade União dos Carregadores da Bahia; Gremio dos machinistas da Marinha Civil; Sociedade União dos Foguistas; União dos Operários Estivadores; Associação dos Marinheiros e Remadores; União dos Conductores de Carroças da Bahia e União Graphica Bahiana⁶⁸.

⁶⁸ *Germinal*. Bahia, n. 2, ano 1, 3 de abril de 1920, p. 6.

Neste mesmo ano, o periódico *O Germinal*⁶⁹ saudou a primeira greve geral da Bahia, afirmando que ela se tornou um marco, pois foi a partir daquele momento que os trabalhadores de fiação e tecelagem despertaram para a defesa de seus direitos, materializada na fundação da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia. Ainda, de acordo com este periódico, o movimento ocorrido em junho teria obtido algumas melhorias para os trabalhadores, tais como: aumento do salário, diminuição de horas de trabalho e igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

Contudo, o crescimento do movimento operário e o aprimoramento da organização sindical tiveram seu melhor momento com iniciativa da realização do I Congresso dos Trabalhadores Baianos, ocorrido entre 14 e 20 de julho de 1919, sob a direção de Agripino Nazareth e composto por dez sindicatos e vinte e seis delegados. O I Congresso dos Trabalhadores Baianos teve como marco significativo a forte influência na posterior criação da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB), fundada em 13 de fevereiro de 1920, e que em apenas seis meses já agregava 16 sindicatos e mais de 25 mil trabalhadores.

A hegemonia das correntes sindicais reformistas foi preponderante na formação tanto do Congresso, quanto da Federação dos Trabalhadores Baianos, assim como em tantas outras partes do Brasil. A base do sindicalismo reformista esteve presente de forma ampla e consolidada no Brasil, em contraponto, ao sindicalismo revolucionário, cuja penetração era mais acentuada em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, porém não predominante em outras regiões do país.

O sindicalismo reformista tratava de orientar a ação coletiva dos trabalhadores sob uma perspectiva que objetivava a conquista aos operários no interior do sistema capitalista vigente, não compartilhando, ou até mesmo evitando, qualquer perspectiva revolucionária. Deste modo, vislumbrava o Estado como um agente mediador, capaz de

⁶⁹ **Germinal**. Bahia, n. 1, ano 1, 19 de março de 1920, p. 3.

estabelecer uma relação de troca, na qual o Estado e os seus representantes forneciam apoio a reivindicações da classe operária, ao passo que os operários poderiam retribuir com apoio político, a ser manifestado de diversas formas. Com isso, o sindicalismo reformista entrava em desacordo com a perspectiva dos libertários anarquistas, para quem o Estado estava sempre comprometido com os interesses das elites e classes dominantes.

Neste sentido, para Castellucci, a relação do movimento operário baiano com o Estado passou a se constituir pela intervenção política da classe operária com o objetivo de integrar a ordem política e social em curso. Contudo, verificou-se que a ocorrência dessa participação política não colocava em risco ou mesmo não buscava intervir na ordem social vigente detentora do domínio político e econômico e do direito de propriedade, representada pelas elites oligárquicas.

Ao final, restou-se convincente que o movimento operário baiano visava alcançar reformas sociais que garantissem uma melhoria na qualidade de vida da classe operária, ao tempo em que também buscava a quebra do monopólio do poder representativo estabelecido pelas classes dominantes, com a finalidade de conferir maior dimensão a representação política e social dos trabalhadores operários.

Pernambuco

Durante a Primeira República, o Recife, assim como a cidade de Salvador, era considerada uma das cidades mais vultosas do país e especialmente no final da década de 1910 esteve marcado por importantes experiências de organização de trabalhadores, com a mobilização de grandes greves, considerando-se a carestia de vida, as condições de trabalho insalubres e a repercussão da conjuntura internacional, notadamente os acontecimentos relacionados à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Russa.

De acordo com Antonio Paulo de Moraes Rezende (2005), as reivindicações de trabalhadores em Pernambuco remontam ao Império. O autor localiza a greve dos trabalhadores portuários, em 1812, demandando melhores salários e condições de trabalho; a greve dos tecelões da Fábrica da Madalena, em 1880; de modo similar, destaca

que romperam greves dos ferroviários e remadores, em 1902 e dos estivadores no ano seguinte. Tais greves eram consideradas espontâneas, pois neste período o movimento operário era incipiente e encontrava-se bastante desarticulado.

Entretanto, após a realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, houve um afluxo de greves por todo o país. Em Pernambuco, despontaram diversas greves do setor de transportes: de condutores e cocheiros da Cia Ferro-Carril e de trabalhadores portuários, ambas em 1906; greve de trabalhadores do porto, em 1907; e, no ano seguinte, nova greve dos operários da Ferro-Carril, reivindicando melhores salários, utilizando como mediador o Secretário do estado, Elpídio de Figueiredo (REZENDE, 2005).

Contudo, a primeira grande greve do período foi deflagrada no início de 1909, na viação férrea Great Western, quando grevistas paralisaram os trens por doze dias, exigindo aumento dos vencimentos e protestando contra os privilégios que gozavam os trabalhadores estrangeiros. A greve ainda se estendeu aos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, apesar dos limites de divulgação do período.

De modo semelhante ao que ocorreu em outros estados, as primeiras tentativas de mobilizar os trabalhadores pernambucanos partiu da ação dos socialistas. Conforme Rezende, a presença dos anarquistas apenas se tornaria marcante a partir de 1914, por meio da ação de militantes anarquistas ligados à Confederação Operária Brasileira. Caso do militante José Elias da Silva, sindicalista radicado no Rio de Janeiro, que buscou arregimentar trabalhadores em Pernambuco sob a orientação do sindicalismo revolucionário, ao propagar, pelo Nordeste, as resoluções do II Congresso Operário Brasileiro.

Os socialistas, organizados na Confederação Operária de Pernambuco (COP), se atrelaram à política oficial, e empreenderam esforços para minorar os efeitos das manifestações mais combativas de outros setores do operariado. Foi principalmente nos governos do general Emídio Dantas Barreto (1911-1915) e de Manoel Antônio Pereira Borba (1915-1919), que procederam como os “verdadeiros representantes” dos anseios da classe operária (REZENDE, 2005).

A atuação dos socialistas na imprensa, pode ser observada por meio do jornal *O Luctador*⁷⁰, órgão da Confederação Operária de Pernambuco (COP), de 1914. Desde o princípio, o periódico manifesta sua orientação reformista. Isso pode ser observado quando declara apoio ao governo do general Dantas Barreto, traçando um comparativo entre as condições dos trabalhadores pernambucanos antes, sob o que caracteriza de um regime oligárquico de quatro anos, e após três anos do governo de Dantas Barreto. Neste artigo, intitulado de “19 de dezembro”⁷¹ consta ainda que Dantas seria um defensor do interesse coletivo e amigo da classe operária.

No mesmo sentido, em outra matéria intitulada de “Habitações operárias” nesta edição de *O Luctador*⁷², que tem por objetivo denunciar o não cumprimento de uma construção de habitações operárias, há reclamações de que o governo do estado de Pernambuco teria feito concessões lucrativas aos construtores em demasia, porém, em seguida, defende que o problema logo seria resolvido, pois Dantas Barreto defenderia sua causa, visto que já realizara uma série de melhorias assistenciais no estado, tais como: bonde elétrico; assistência pública; remodelação de escolas; concerto de finanças variadas; e que implementaria novos esgotos e água em abundância.

Esta edição apresenta uma lista das associações operárias reunidas na Confederação Operária de Pernambuco (COP), ao lado do nome de seus respectivos presidentes, em que podemos observar quais as categorias encontravam-se organizadas em torno da COP:

Associação dos fogueistas - Pedro Ferreira Filho; União Particular dos Companheiros - Luiz F. Botelho; Associação dos Marceneiros E Carpinas - José Floro de Souza Monteiro; Liga Protetora dos Alfaites - José Iguacio de Barros; Sociedade Beneficente dos Barbeiros - Melciades Barbosa; Uniões dos Patrões e Arraes - Caetano Fegueira Lima; Sociedade Abrigo dos Artistas

⁷⁰ **O Luctador**. Pernambuco, n. 4, ano 1, 19 de dezembro de 1914, p. 1-4.

⁷¹ **O Luctador**. Pernambuco, n. 4, ano 1, 19 de dezembro de 1914, p. 1.

⁷² **O Luctador**. Pernambuco, n. 4, ano 1, 19 de dezembro de 1914, p. 2.

Graphics - João Saraiva; Sociedade 5 de Novembro dos Talladores - Manoel Pacheco Raposo; Colligação Caizeral - Belmiro Guedes; Associação dos Artistas Culinarios - Luiz Cancio J. dos Santos; Associação dos Machinistas - Francisco A. Almeida Lima; Associação dos Operarios Metalurgicos - Tiburcio Guilherme de Assis; Experiente da Associação dos Sapateiros - João Gabriel das Chagas; Liga Protetora dos Pintores - Jeronymo da Motta; Sociedade dos Artistas e Operarios de Olinda - Paulo J. de Souza; Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes - Christiano Martins Pereira.⁷³

No ano de 1917, encaminhou-se uma nova onda de greves em diversos locais do país, tendo em vista os acontecimentos que influenciaram as mobilizações populares, como os eventos relacionados à Revolução Russa - que estimulou com o seu modelo a esperança de mudanças em todo o mundo. No Recife não foi diferente. Uma paralisação de trabalhadores foi organizada pelas lideranças libertárias, exigindo a jornada de oito horas diárias, a equiparação dos salários entre homens e mulheres, bem como melhorias nas condições de trabalho, especialmente no que tange à higiene no local de trabalho.

A greve atingiu diversas categorias de trabalhadores e sofreu dura repressão por parte do Presidente de Estado, Manoel Borba, enquanto o Chefe de Polícia de seu governo, Antonio Guimarães, negociava com a Confederação Operária de Pernambuco (COP). Após intensa repressão, ocorreu um refluxo do sindicalismo revolucionário e da atuação dos anarquistas. Acerca da relevância da greve de 1917, Antonio Rezende comenta:

A greve de 1917 representou, comparada com as anteriores, um verdadeiro salto em termos de organização, embora não conseguisse o atendimento de suas exigências. A atuação repressiva da polícia, o desempenho de seu chefe, Antônio Guimarães, com a colaboração da COP, deixaram pouco espaço de manobra para os grevistas. Por outro lado, os patrões pressionados sentiram-se

⁷³ **O Luctador**. Pernambuco, n. 4, ano 1, 19 de dezembro de 1914, p. 1-4.

ameaçados pelos prejuízos e pelas “desordens” e foram inflexíveis nas negociações. Além do mais, acusavam, ajudados por parte da imprensa, os operários de estar contribuindo para o agravamento da crise econômica com a paralisação (REZENDE, 2011, p. 19).

De acordo com Frederico Bartz (2015), a partir de 1918, as associações operárias organizadas no Recife enfrentariam um processo de reorganização, com a centralização dos sindicatos mais combativos em volta do jornal *Tribuna do Povo*, organizado por Antônio Bernardo Canellas - militante anarquista recém advindo do estado de Alagoas. Canellas foi um dos principais líderes do movimento operário alagoano, que posteriormente desempenharia um papel decisivo na história do Partido Comunista Brasileiro.

O jornal *Tribuna do Povo* tinha por orientação o sindicalismo revolucionário e o anarquismo e estimulou a reorganização da Federação de Resistência das Classes trabalhadoras de Pernambuco, de orientação sindicalista. Ao passo em que Joaquim Pimenta, professor da Faculdade de Direito do Recife, junto a outros estudantes e bacharéis da mesma universidade, como Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho, aproximavam-se, cada vez mais, do movimento operário.

O professor socialista Joaquim Pimenta tinha relações com membros da elite política local e apoiou o Presidente de estado Manoel Borba contra o general Dantas Barreto nas eleições estaduais de 1915. Sua influência popular crescera após o desfecho vitorioso da greve de 1919, na qual atuou como assessor de negociações.

No periódico *O Luctador*, sob o título de “Trechos escolhidos”⁷⁴, encontramos algumas ponderações sobre a importância da organização de trabalhadores, elaboradas pelo bacharel em direito Hersilio de Souza, bem como, considerações sobre o conceito de

⁷⁴ **O Luctador**. Pernambuco, n. 4, ano 1, 19 de dezembro de 1914, p. 1-4.

socialismo, assinadas por Joaquim Pimenta, que podem indicar traços da concepção de socialismo para os associados reunidos à Confederação Operária de Pernambuco.

O texto de Hersilio de Souza sublinha a importância da coletividade e da cooperação mútua, a exemplo da constituição de greves, sindicatos e associações operárias. Ele assinala que dentre todas as associações possíveis, a mais completa seria o Estado, que teria por dever estender o direito à toda atividade cidadã. Quanto às forças sociais, destaca que as mais importantes seriam capital e trabalho.

Quanto ao capital, este teria compreendido cedo qual o seu interesse e soube se defender das exigências do trabalho. O trabalho, enfrentando constantemente dificuldades, não soube impor ao primeiro um modo operante justo. Portanto, de acordo com o autor, o Estado não deveria ficar impassível ante os dois. Se ele já intervém na produção e na circulação de riquezas, também deveria intervir na distribuição delas. E se já regula as horas de trabalho, higiene, casos de acidentes, indenização por danos nas fábricas, deveria, do mesmo modo, resolver o problema salarial.

Por outro lado, Joaquim Pimenta em suas considerações sobre o socialismo, mostra-se mais retórico e maniqueísta, a exemplo do trecho que selecionamos a seguir:

O socialismo não é propriamente uma questão de escolas, nem de partidos; porque estes passam, enquanto, o facto que provocou sua formação, permanece alheio ao subjetivismo individual que os anima. Não quero concluir com isto na condenação in lumine de todas doutrinas socialistas; não. Si algumas são utópicas, como as que sonham com a igualdade absoluta, si outras são absurdas, quando pregam a destruição do capital, não se infira então d'ahi que o socialismo seja mal. Si não é um mal, porque no fundo é a mais elevada manifestação do altruismo (...)⁷⁵

⁷⁵ **O Luctador**. Pernambuco, n. 4, ano 1, 19 de dezembro de 1914, p. 1-4.

Desse modo, conforme Bartz (2015) pontuou, em Pernambuco, durante a década de 1920, coabitaram duas federações de associações sindicais, a Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, na qual se agruparam aqueles que apoiavam o professor Joaquim Pimenta, e a Federação Sindicalista de Pernambuco, nesta, por sua vez, encontrava-se os que concordavam com a orientação política de Antônio Canellas. Entretanto, o embate entre as duas federações só teria resolução quando ambas organizações se dissolveram, formando uma nova federação, a denominada União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco, fundada em setembro de 1920.

Considerações finais

Acerca do movimento operário na Bahia e de suas relações com o Estado, podemos considerar que o mesmo, no período da Primeira República, a partir da organização sindical e da sua intervenção política, buscou desempenhar o papel de representante dos interesses da classe operária baiana, dando seguimento e voz às reivindicações e lutas operárias, perante o poder do Estado.

A participação de grupos socialistas por meio da intervenção na política com o objetivo de alcançar reformas sociais previstas em lei foi a tática sindical hegemônica em Salvador. Na medida em que também impulsionou o Estado e seus governantes, em momentos de crise e de conflitos internos, a não responderem na maioria das vezes às lutas sociais com ações repressivas, mas, a se mostrarem mais atentos e abertos para firmar acordos entre representantes da classe operária, das oligarquias e dos partidos conservadores.

Em relação ao movimento operário pernambucano, podemos considerar que este, tal como o caso baiano, no mesmo período, apresentou amplas experiências de mobilização de trabalhadores. Entre as principais características do movimento operário em Pernambuco, destacam-se a convivência e as disputas internas de líderes libertários com socialistas reformistas, bem como, a presença de membros da elite intelectual e da

política local no movimento de organização de trabalhadores, a exemplo do professor socialista Joaquim Pimenta.

Referências

Fontes

Germinal. Bahia, n. 1, ano 1, 19 de março de 1920, p. 1-12.

Germinal. Bahia, n. 2, ano 1, 3 de abril de 1920, p. 1-8.

Germinal. Bahia, n. 3, ano 1, 1 de maio de 1920, p. 1-12.

A Voz do Trabalhador. Bahia, n. 24, ano 1, 19 de março de 1921, p. 1-4.

A Voz do Trabalhador. Bahia, n. 26, ano 1, 1 de maio de 1921, p. 1-4.

A Voz do Trabalhador. Bahia, n. 33, ano 2, 16 de setembro de 1922, p. 1-4.

A Voz do Trabalhador. Bahia, n. 35, ano 2, 14 de outubro de 1922, p. 1-4.

A Voz Operaria. Pernambuco, n. 1, ano 1, 15 de dezembro de 1916, p. 1-4.

A Voz Operaria. Pernambuco, n. 4, ano 2, 15 de fevereiro de 1917, p. 1-4.

O Luctador. Pernambuco, n. 4, ano 1, 19 de dezembro de 1914, p. 1-4.

Bibliografia

CASTELLUCCI, Aldrin. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, v.32, n. 64, p. 77-99, 2012.

CASTELLUCCI, A. A. S. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). **Revista de História**. n. 162, p.205-241, 2010.

BARTZ, Frederico Duarte. Reformistas e revolucionários: as lutas internas do movimento operário pernambucano e a formação do Grupo Comunista de Recife (1917-1922). In: **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Tiago Bernardon de Oliveira (org.). Campina Grande: Eduepb, 2015.

BATALHA, Cláudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. **Anos 90**. v.13, n.23/24, p.87-104, 2006.

FORTES, Alexandre e FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: Fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre et all (orgs.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. **“Ideias perniciosas do anarquismo” na Bahia: lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922)**. Salvador: Dissertação de Mestrado em História/UFBA, 2012.

PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, n. 3, p. 129-153, maio 1995.

PETERSEN, Silvia. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, vol.14, n.26, p. 257-344, 2009.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 23, p.25-43, 2005.

RUBIM, A. A. C. “Movimentos sociais e meios de comunicação – Bahia, 1917-1921”. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 61, mai./jul., 1979

RUBIM, A. A. C. & RUBIM, J. L. C. “As lutas operárias na Bahia (1917-1921)”. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 80, jul./ago., 1982.